

Termômetro da Inflação

Volume 4 - Número 7 - 2021



IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Carlos Mauro Benevides Filho - Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto - Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Secretário Executivo de Gestão

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira (respondendo)

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Termômetro da Inflação

Volume 4 – Número 7 – 2021

Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Elaboração:

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas - IPECE)

Colaboração:

Aprígio Botelho Lócio (Assessor Técnico)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n

Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéba | Cep: 60.822-325

Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521

<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o Termômetro da Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além de seis municípios.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE
2021

Termômetro da Inflação / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2021

ISSN: 2595-0681

1. IPCA. 2. INPC. 3. Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)
4. Brasil.

Nesta Edição

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desacelerou em **junho** com relação a maio de 2021 registrando alta de 0,59%.

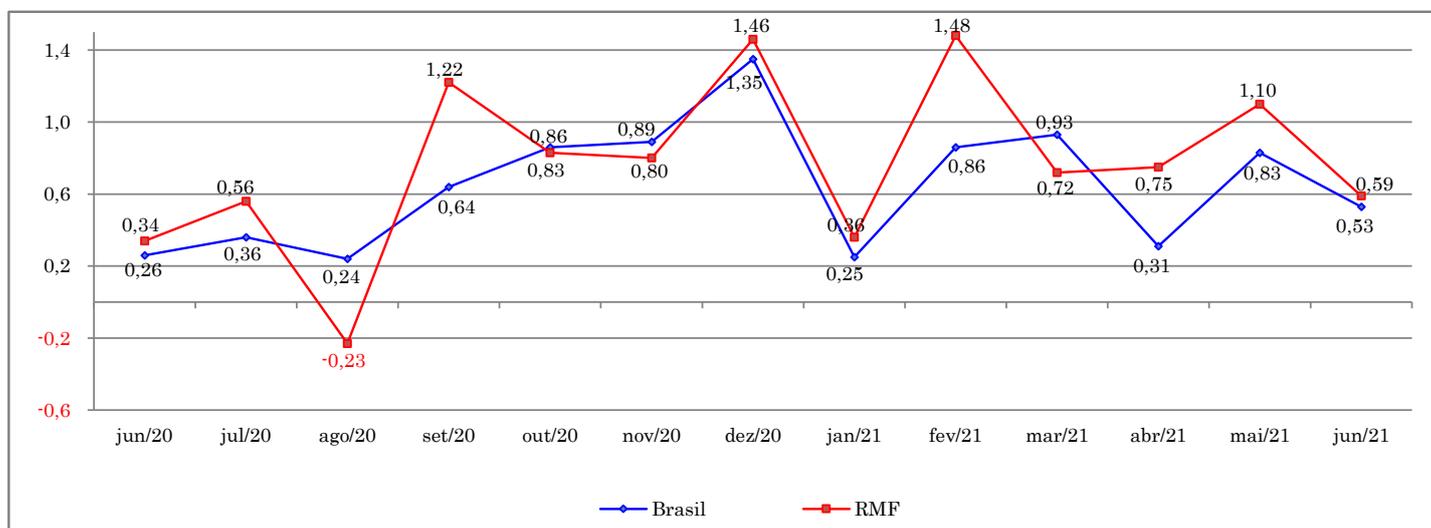
Até junho de 2021, a inflação acumulada da RMF nos últimos 12 meses atingiu 10,07%.

Embora o grupo de vestuário tenha registrado a maior alta registrando 1,97%, os grupos de habitação, transportes e alimentação, que são os de maior peso na composição do índice, foram os que mais pressionaram a alta.

Dentre os grupos de maior peso, o grupo de habitação foi o que apresentou a maior alta de 1,24%, pressionado novamente pelos itens energia elétrica (3,17%) e combustíveis domésticos (2,06%). De acordo com o IBGE, em junho, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 2, que acrescenta R\$ 6,243 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Por fim, no acumulado dos últimos 12 meses, o INPC da RMF segue em alta tendo atingido 10,60% até junho de 2021.

Série Histórica IPCA Mensal - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



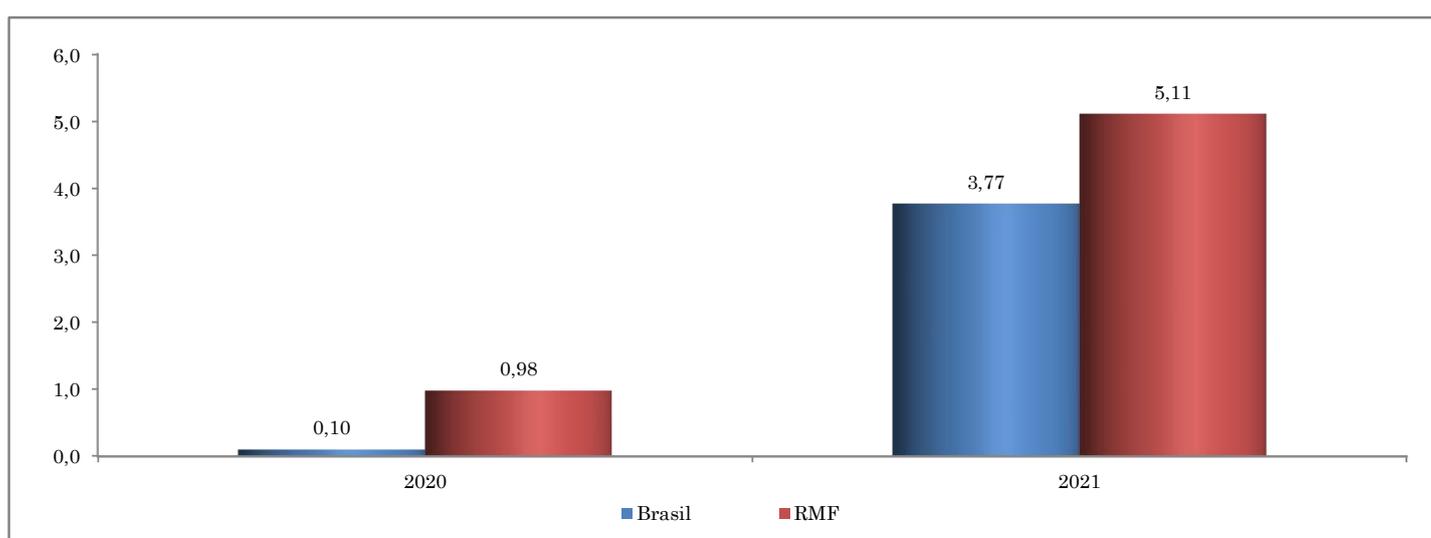
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

IPCA Mensal

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desacelerou em junho com relação a maio de 2021 registrando alta de 0,59%.

O IPCA nacional também desacelerou atingindo 0,53% e ficando 0,30 ponto percentual menor abaixo da taxa de maio.

Variação Acumulada no Ano IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

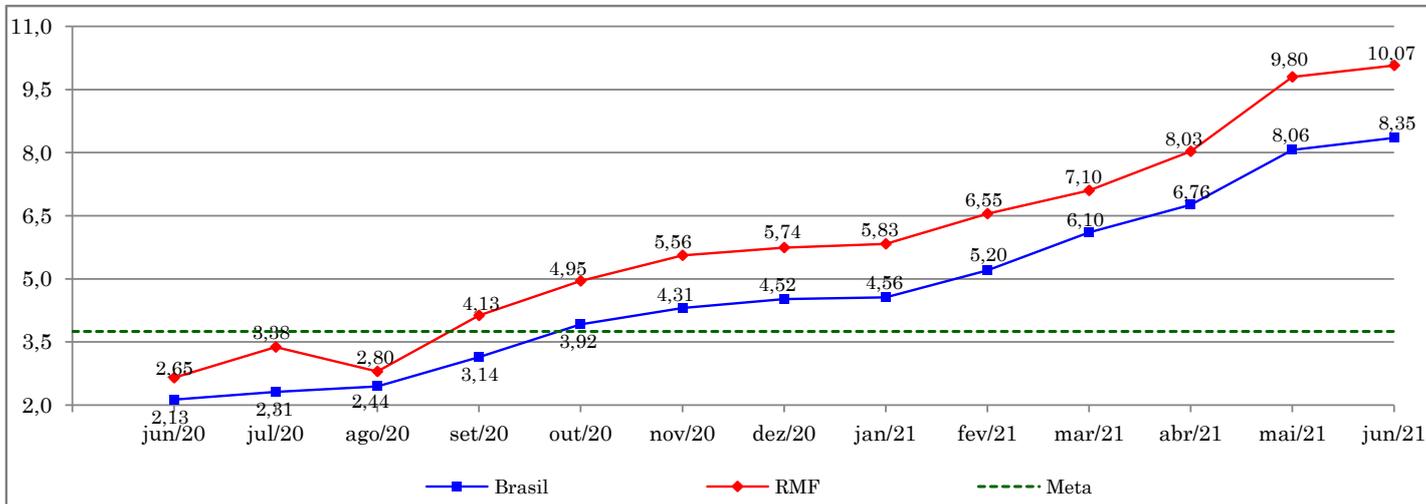
No Brasil, o acumulado do ano encontra-se em 3,77%, valor acima da meta central de 3,75% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Varição Mensal e Acumulada de 12 Meses

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	maio	junho	
Aracaju	0,62	0,46	7,53
Belém	0,48	0,24	8,71
Belo Horizonte	0,79	0,42	9,08
Brasília	0,27	0,17	7,13
Campo Grande	0,97	0,66	11,38
Curitiba	0,93	0,61	9,64
Fortaleza	1,10	0,59	10,07
Goiânia	0,79	0,54	9,37
Porto Alegre	1,04	0,79	9,07
Recife	0,76	0,92	8,81
Rio Branco	0,93	0,78	12,06
Rio de Janeiro	0,87	0,24	6,84
Salvador	1,12	0,86	7,84
São Luís	1,10	0,30	10,36
São Paulo	0,78	0,53	7,53
Vitória	0,74	0,59	8,88
Brasil	0,83	0,53	8,35

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Acumulada nos Últimos 12 Meses IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC)

A Tabela acima apresenta os resultados da inflação para todas as áreas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). O Gráfico acima também apresenta a evolução do IPCA para o acumulado nos últimos doze meses para a RMF e Brasil.

Até junho de 2021, a inflação acumulada da RMF nos últimos 12 meses atingiu 10,07%.

No Brasil, o acumulado dos últimos 12 meses até junho de 2021 atingiu 8,35%, valor bem acima do teto da meta de 5,25%.

Comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom)

Em sua 239ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 4,25% a.a. A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

No cenário externo, estímulos fiscais e monetários em alguns países desenvolvidos promovem uma recuperação robusta da atividade econômica. Devido à presença de ociosidade, a comunicação dos principais bancos centrais sugere que os estímulos monetários terão longa duração. Contudo, a incerteza segue elevada e uma nova rodada de questionamentos dos mercados a respeito dos riscos inflacionários nessas economias pode tornar o ambiente desafiador para países emergentes; em relação à atividade econômica brasileira, apesar da intensidade da segunda onda da pandemia, os indicadores recentes continuam mostrando evolução mais positiva do que o esperado, implicando revisões relevantes nas projeções de crescimento. Os riscos para a recuperação econômica reduziram-se significativamente; a persistência da pressão inflacionária revela-se maior que o esperado, sobretudo entre os bens industriais. Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do Real. O Comitê segue atento à evolução desses choques e seus potenciais efeitos secundários, assim como ao comportamento dos preços de serviços conforme os efeitos da vacinação sobre a economia se tornam mais significativos; as diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das commodities internacionais em moeda local produziria trajetória de inflação abaixo do cenário básico.

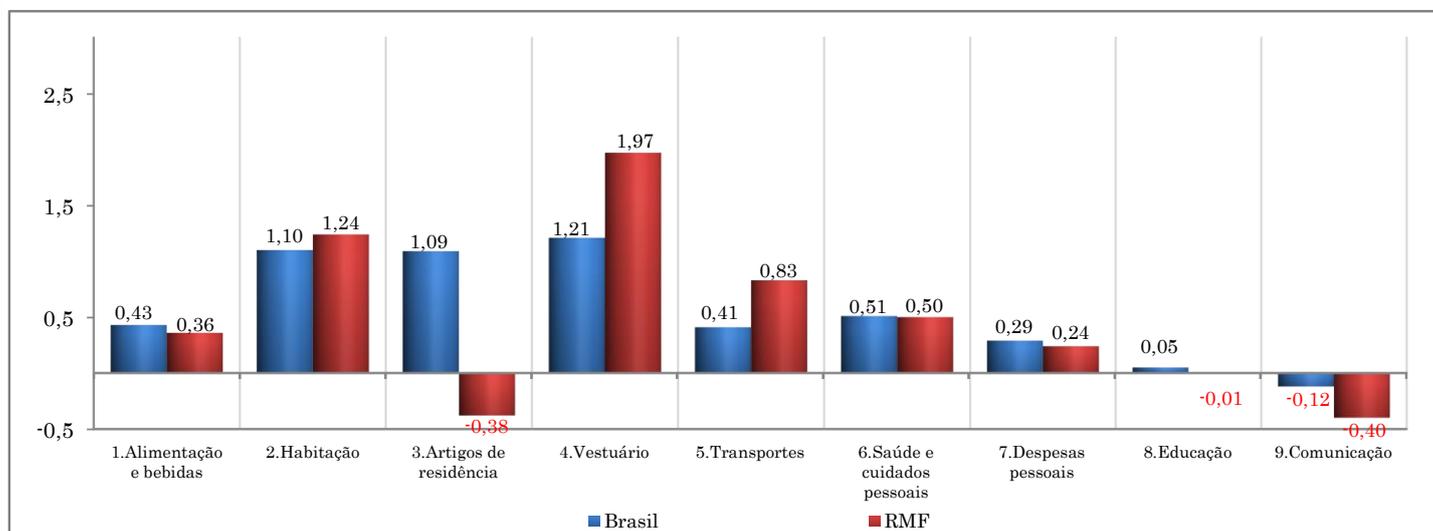
Por outro lado, novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar da melhora recente nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública, o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 4,25% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

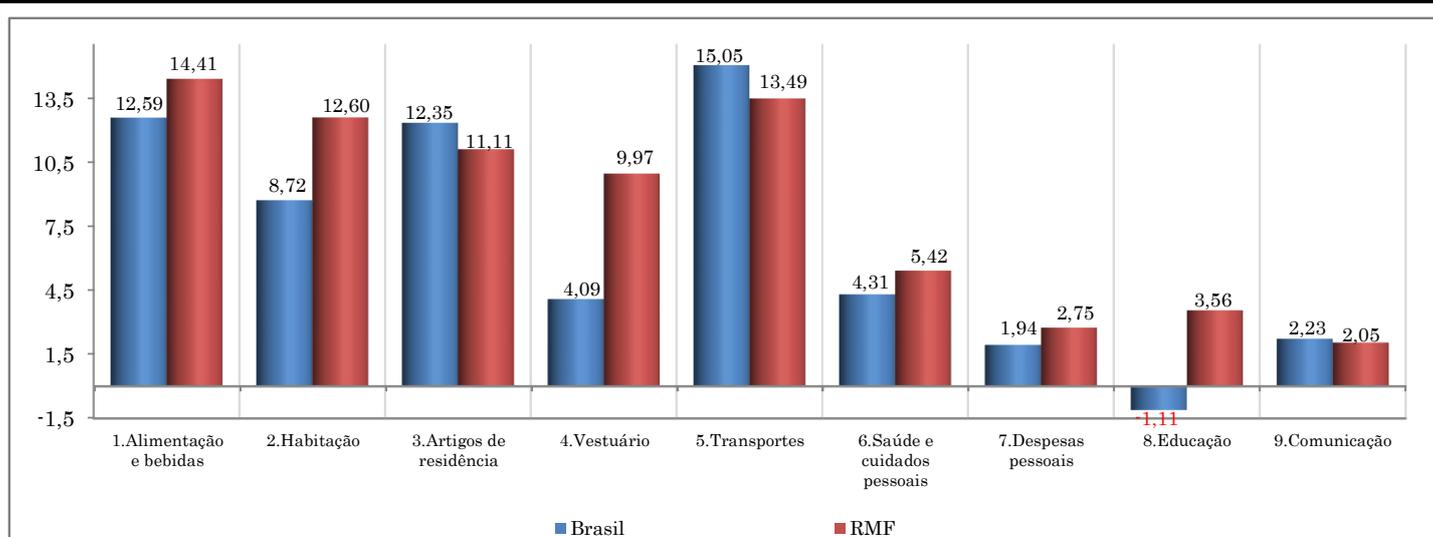
Neste momento, o cenário básico do Copom indica ser apropriada a normalização da taxa de juros para patamar considerado neutro. Esse ajuste é necessário para mitigar a disseminação dos atuais choques temporários sobre a inflação. O Comitê enfatiza, novamente, que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação.

Varição Mensal IPCA por Grupos - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Varição Acumulada por Grupos nos Últimos 12 Meses - IPCA - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



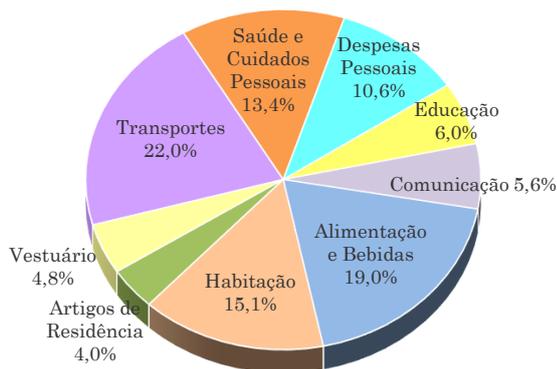
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Grandes Grupos do IPCA e Principais Itens

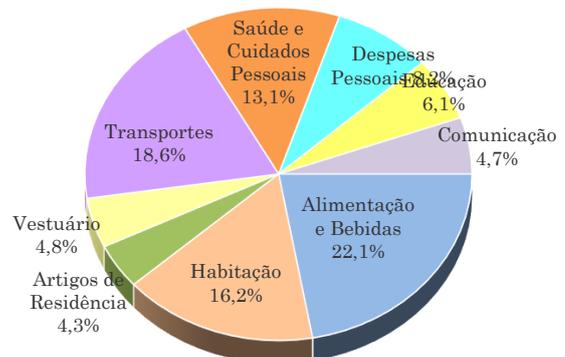
Embora o grupo de vestuário tenha registrado a maior alta registrando 1,97%, os grupos de habitação, transportes e alimentação, que são os de maior peso na composição do índice, foram os que mais pressionaram a alta.

Dentre os grupos de maior peso, o grupo de habitação foi o que apresentou a maior alta de 1,24%, pressionado novamente pelos itens energia elétrica (3,17%) e combustíveis domésticos (2,06%). De acordo com o IBGE, em junho, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 2, que acrescenta R\$ 6,243 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Distribuição dos Pesos por Grupo IPCA - Brasil

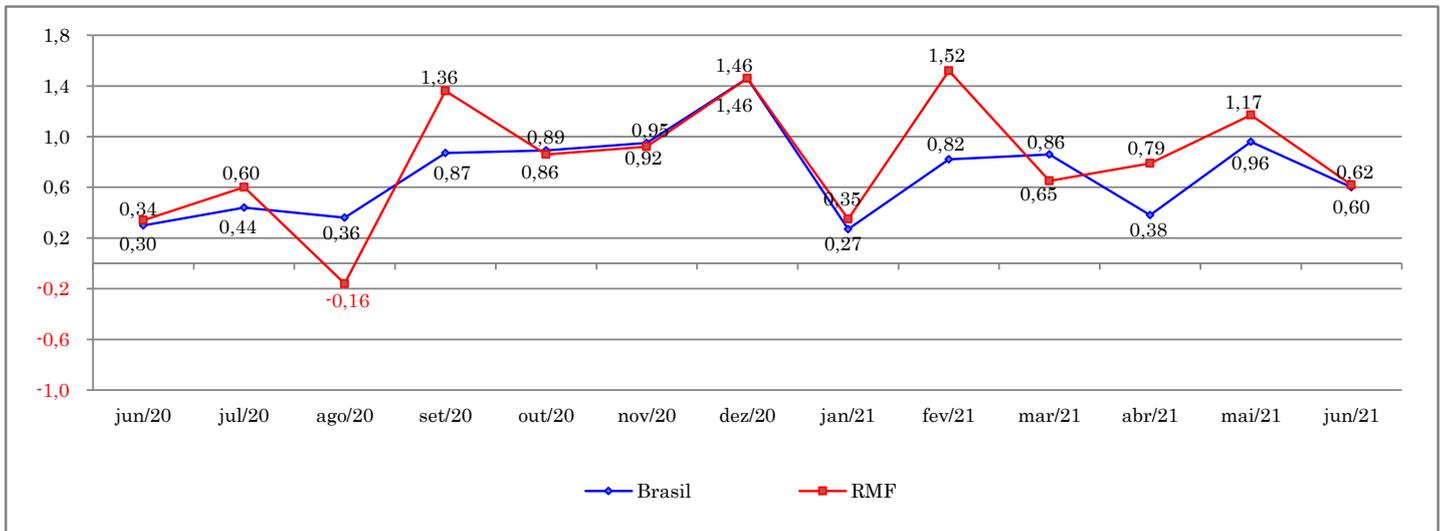


Distribuição dos Pesos por Grupo IPCA - RMF



Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Série Histórica INPC Mensal - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



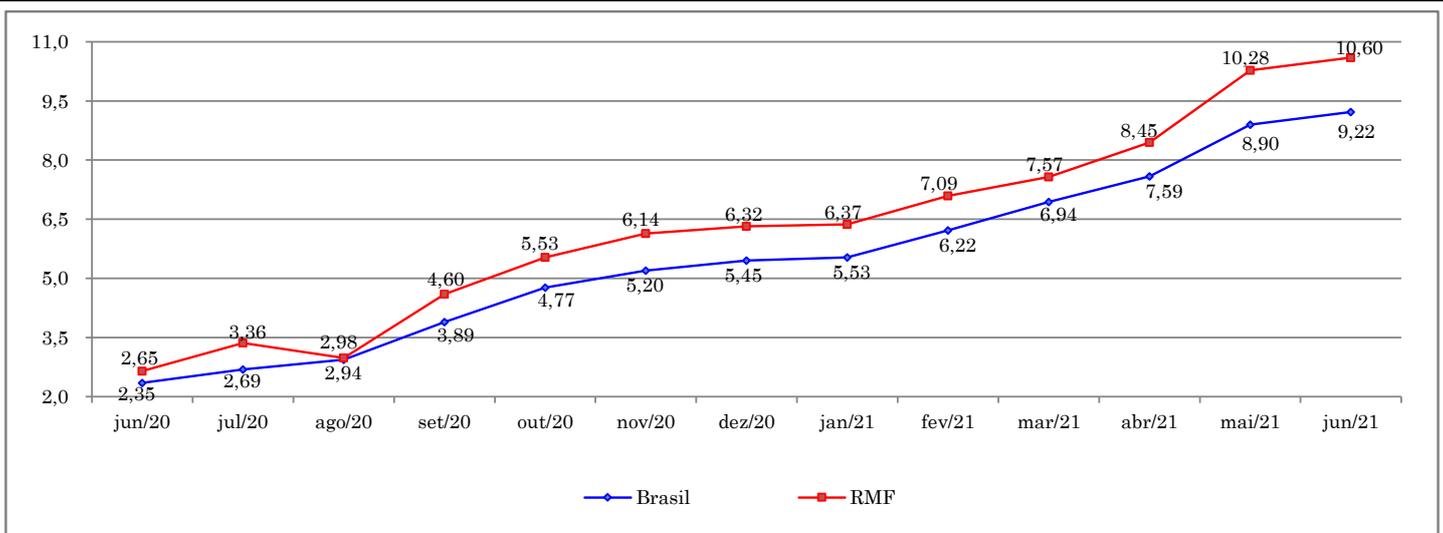
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

INPC Mensal

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) se refere às famílias com rendimento monetário de um a cinco salários mínimos. É calculado também para dez regiões metropolitanas, além de seis municípios, que são as mesmas áreas geográficas que abrange o IPCA.

Em junho de 2021, o INPC da RMF desacelerou com relação a maio, registrando alta de 0,62%.

Variação Acumulada nos Últimos 12 Meses INPC - Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

INPC Acumulado nos Últimos 12 Meses

No acumulado dos últimos 12 meses, o INPC da RMF segue em alta tendo atingindo 10,60% até junho de 2021.